

MAIS UMA VEZ, PUC-SP COMEÇA O SEMESTRE COM FECHAMENTO DE TURMAS

O fato é recorrente, mas cada vez acontece com maior intensidade: novamente, às vésperas do início das aulas, turmas são fechadas por não atingirem o mínimo de alunos estabelecido pela universidade. Desta vez o reitor editou o ato 02/2012, que prevê a formação de novas turmas ou composição dos cursos em andamento observando-se o limite máximo de alunos por turma, estabelecido pelo plano pedagógico de cada curso.

Até o momento foram 18 os cursos e turnos que não abrirão neste semestre. Da Faculdade de Arte: História, Crítica e Curadoria (mat.), Filosofia Licenciatura (mat.), Filosofia Bacharelado (mat.), Espanhol Licenciatura (not.), Francês Licenciatura (not.); da Faculdade de Economia: Contábeis (not.), Tec. Em Marketing (not.), Estatística (not.) e Tec. de Gestão Ambiental (not.); da Faculdade de Ciências Exatas: Física Bacha-

relado (not.), Física Licenciatura com ênfase em Física Médica (not.), Matemática Licenciatura (not.); da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde: Fisioterapia (mat), Fonoaudiologia (mat.); da Faculdade de Educação: Pedagogia (not. - Ipiranga); da Faculdade de Ciências Sociais: Serviço Social (mat.); da Faculdade de Teologia: Teologia (not. - Ipiranga) e Teologia (not. - Santana).

A não abertura destas turmas implicará fatalmente em redução de contratos e, no limite, demissão de professores. Pior ainda, a medida descaracteriza sensivelmente a PUC-SP que, mais do que nunca, perde o seu caráter de universidade, vendo-se ameaçada a transformar-se em um agrupamento de cursos que não abrangem as diversas áreas do conhecimento humano.

A situação poderia ser minimizada se antes de cancelarem as turmas a Fundação São Paulo e a reitoria esperassem pelas matrículas em vestibulares complementa-

res. No entanto, procura-se a solução que atende unicamente ao financeiro: fechar todos os cursos e turmas que não alcancem o número mínimo exigido pela universidade. Ora, se uma turma que hoje tem 11, 12 alunos esperasse pelo vestibular complementar teria grandes chances de ampliar sua demanda e funcionar normalmente.

Porém, parece que a política vigente é a de uma "PUC-SP enxuta", com poucos, mas rentáveis cursos. Este era o sonho do famigerado interventor Vicente Benzinelli, que a comunidade puquiãna, em 1993, teve forças para rechaçar, em nome de uma PUC-SP grande, democrática e autônoma.

A APROPUC e vários professores e diretores de unidades vêm discutindo novas alternativas que viabilizem a universidade. Entre elas está a adoção de preços inferiores aos praticados hoje para cursos de baixa procura. A reitoria implantou timidamente a solução e a aplicação da regra: o chamado vestibular so-

cial enfrenta sérios problemas com o setor financeiro, que insiste em impedir qualquer tipo de prejuízo com a modalidade.

Também não é de hoje que a APROPUC vem insistindo para que a publicidade do vestibular da universidade seja revista, incluindo inserções em mídias diferenciadas que possam atingir o público característico da PUC-SP, que nem sempre está localizado nos nichos tradicionais da imprensa.

Por fim, é preciso que o Conselho Universitário (Consun) e os demais órgãos colegiados repensem o projeto da universidade, não somente adotando posturas imediatistas, mas discutindo soluções efetivas que recoloquem a PUC-SP no lugar que ela ocupava há alguns anos, onde o ensino de qualidade, acessível a grandes fatias da população, formava profissionais críticos e capazes de transformar a sociedade.

Diretoria da APROPUC

Entidades repudiam massacre no Pinheirinho

Veja nesta edição do *PUCViva* uma cobertura especial sobre o violento despejo das famílias do Pinheirinho. Publicamos a posição da APROPUC, e de diversas outras entidades sobre o tema, e acompanhamos os atos que aconteceram duran-

te a semana passada.

Também publicamos nesta edição outras matérias sobre despejos no centro de São Paulo, em uma aldeia indígena na Bahia, e um relato sobre uma ameaça de despejo em uma aldeia do Mato Grosso do Sul.



Moradores do Pinheirinho protestam em ato que reuniu cerca de 5 mil pessoas em São José dos Campos

EDITORIAL

Como explicar a barbárie no Pinheirinho?

Bastam as cenas da operação militar expulsando centenas de famílias com gás, balas de borracha e cachorros e as das retro-escavadeiras derrubando as moradias para se ter diante dos olhos a barbárie. Mas se se quer completar o quadro dantesco, um passar de olhos sobre as famílias amontoadas em um abrigo improvisado pelo prefeito Eduardo Cury, de São José dos Campos, é suficiente.

Os acontecimentos bárbaros são acompanhados de raciocínios e ideologia bárbaros. Não só vimos a barbárie como a ouvimos! O governador Geraldo Alckmin, do PSDB, justificou que apenas cumpriu uma ordem da Justiça. Se a missão era para reintegrar o Pinheirinho e entregá-lo para seu proprietário Naji Nahas foi cumprida com sucesso pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo. O que aconteceria com as 1600 famílias, depois o Estado veria o que fazer para remediar. Isso sob protestos e pressões eleitorais, caso contrário, é-nos legítimos deduzir que simplesmente se jogariam pais de família, velhos e crianças nas ruas.

A juíza Márcia Loureira flogou em constatar que afinal cumpriu bem seu papel de magistrada facultando à Polícia Militar a tarefa de proteger os interesses do proprietário da área. E que tudo correu dentro da mais absoluta legalidade, ressaltando que os policiais usaram a força na devida proporção, sem excesso e sem vítimas fatais.

O governo federal, por sua vez, participava das negociações sobre os destinos do Pinheirinho e mostrou-se surpreso com a precipitação da reintegração. Estava confiante que os 15 dias de trégua acordados com a comissão de moradores poderiam evitar a solução policial. Está aí por que se instalou um conflito de competência entre juízes federais e estaduais. Um representante da União foi destrutado e castigado por balas de borracha. A Casa Civil se mostrou contrariada com o desenrolar dos fatos. E a presidente Dilma

Rousseff soltou uma palavra de desabafo, no contexto, do Fórum Social Mundial: chamou de "barbárie" a desocupação policial do Pinheirinho.

Em se tratando do pronunciamento da primeira mandatária, o jornalista José Nêumanne se interessou pela classificação. Para o jornalista, seria bárbaro se a Justiça, o governador e a polícia não usassem "o braço forte para obrigar quem viola a lei a se enquadrar em seus cânones (...)", "desconhecendo o princípio básico da ordem democrática".

De fato, a indignação de Dilma não passa de hipocrisia, já que tinha poderes para evitar a barbárie de Alckmin e agora a tem para repará-la. O governo federal está de acordo com o jornalista quanto ao princípio burguês de que a propriedade privada está acima da vida dos explorados. O que pretendia era encontrar uma saída não policial para o conflito entre os interesses privados do empresário Nahas, de seus credores e, inclusive, da prefeitura de São José dos Campos que tem impostos a receber e as necessidades existenciais e coletivas das famílias do Pinheirinho.

Chegamos ao ponto: a barbárie social emana da sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção e na divisão dos seres em classes sociais. O primado econômico da propriedade privada capitalista sobre a vida da maioria está na base de todas as formas de barbárie. A civilidade burguesa corresponde precisamente em conservar, reproduzir e concentrar a riqueza.

A ocupação do Pinheirinho pelas famílias empobrecidas não foi um ato de civilidade, mas de defesa da vida contra a barbárie da miséria, da fome, da falta de um teto. O que o governo federal deveria fazer, se fosse minimamente consequente com a sua crítica, era expropriar o Pinheirinho, devolvê-lo aos moradores e reconstruir suas casas.

Diretoria da APROPUC

Curso de Verão da PUC-SP recebe militantes da Rede de Proteção



ANA CAROLINA ANDRADE

A diretora da APROPUC Priscilla Cornalbas fala aos participantes do Curso de Verão

O tradicional Curso de Verão organizado pelo padre Beozzo movimentou a PUC-SP no mês de janeiro. Agentes de pastorais e dirigentes de movimentos populares de todo o país participaram do curso.

Durante a atividade, a Rede de Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte - criada após um ato no TUCA em 2011, em repúdio ao assassinato dos militantes Maria do Espírito Santo da Silva e José Claudio Ribeiro, no sudoeste do Pará - foi apresentada aos participantes do curso na sexta-feira, 13/01.

Com o TUCA lotado, a diretora da APROPUC Priscilla Cornalbas explicou em que se consiste a Rede de Proteção e aproveitou para convidar os presentes a construí-la localmente. Após sua fala, Padre José, que vivia no Pará e atuava como militante, também deu seu depoimento.

O padre precisou deixar o Estado devido às ameaças e teve um companheiro assassinado.

A militante Lygia Fernandes, paraense e recém formada em Serviço Social pela PUC-SP, também relatou a situação dos ameaçados e ressaltou que a política de segurança pública no Brasil é feita sem debate na sociedade, como pode ser visto nas ações da Cracolândia, em São Paulo, e Belo Monte, no Pará.

Para encerrar a apresentação, o vídeo do ato "Erguendo Barricadas: basta de assassinatos! Nenhum militante a menos!" foi exibido emocionando os presentes. O vídeo está disponível no canal da APROPUC no Youtube: www.youtube.com/user/Apropuc. As reuniões da Rede retornam na terça-feira, 07/02, às 17h, na sede da APROPUC.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Caio Rubens Zinet, Marina D'Aquino e Ana Lúcia Guimarães

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victória C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Manifestantes exigem a desapropriação do Pinheirinho pelo governo federal

Cerca de 5 mil militantes de centenas de movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos se reuniram em ato no último dia 2/2 na cidade de São José dos Campos, interior do estado de São Paulo, para fortalecer a denúncia dos diversos desrespeitos aos direitos humanos durante a reintegração de posse do Pinheirinho, e reivindicar a desapropriação do terreno por parte do governo federal.

"Depois de toda a barbárie que aconteceu durante a reintegração de posse do Pinheirinho o mínimo que o governo federal pode fazer é desapropriar o terreno e devolver ao seu legítimo dono, o povo que morava no local", afirmou Guilherme Simões, liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Gilmar Mauro, dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reafirmou o pedido "A Dilma, como presidente do Brasil, pode resolver essa situação com uma simples canetada. Precisamos mais do que declarações, queremos ação por parte do governo federal", afirmou.

"O governo federal tardou e foi omissivo. Por isso a única coisa que resta a Dilma é desapropriar o terreno do Pinheirinho", afirmou o deputado federal Chico Alencar (PSOL).

Gilmar Mauro também lembrou da importância da solidariedade com os moradores do local e fez um pedido para que as pessoas e os movimentos sociais doem alimentos, remédios e roupas para os moradores do Pinheirinho. "Precisamos manter a luta viva, e para isso é

preciso muita solidariedade. Sustentar os moradores do Pinheirinho é uma obrigação de todos nós", afirmou.

O governo estadual, e a prefeitura também foram muito criticados durante o ato. Os manifestantes consideraram o governador Geraldo Alckmin, e o prefeito Eduardo Cury, ambos do PSDB, como responsáveis pela truculenta ação da PM.

"A postura assassina do governador, e do prefeito de São José contra o povo do Pinheirinho deixou marcas que vão ficar para sempre nos corpos e mentes de quem viveu aquela dia (reintegração de posse)", afirmou Guilherme Simões.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 1/2 ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) uma audiência pública com os moradores do Pinheirinho. Durante o evento diversos moradores do local denunciaram a violência com que a Polícia Militar (PM) agiu na ocasião, e as condições a que estão sendo submetidos nos quatro abrigos que foram fornecidos pela prefeitura de São José dos Campos.

O defensor público Jairo de Souza criticou a ação do judiciário "não existe lei em São Paulo. Não existe lei neste país, cada um faz o que quer. É só ter força pra cumprir o que quer. É isso que estão passando pras crianças. É isso que estão passando pros estudantes de direito. Eu acho que o mais importante é isso. Não é só indignação. Não é só solidariedade. É que isso não fique impune. Doa a quem doer", afirmou.



Acima, na Alesp, audiência pública sobre o Massacre do Pinheirinho



Ato Nacional em Defesa dos moradores do Pinheirinho concentrou 5 mil pessoas no centro de São José dos Campos, na manhã do dia 2/2. Ao som da bateria do MST, manifestantes cantaram gritos de ordem e exibiram cartazes denunciando os responsáveis pelo massacre do Pinheirinho (esq.) e com as palavras de ordem "Se morar é um privilégio, ocupar é um direito".

GAUCHE NA VIDA

Manifeste seu apoio aos lutadores e lutadoras que enfrentam o massacre do Pinheirinho!

Na madrugada do dia 22/01, um contingente de 2 mil policiais militares da Tropa de Choque e da Rota utilizando helicópteros, carros blindados, cavalaria, armas letais, bombas de gás e efeito moral e sprays de pimenta iniciaram a expulsão violenta de cerca de mais de 6 mil pessoas, que moravam há mais de 8 anos na ocupação Pinheirinho em São José dos Campos.

A ação foi totalmente ilegal, pois a reintegração de posse havia sido suspensa por pelo menos 15 dias, na sexta-feira, dia 20/01, pela Justiça Federal, pois colocava em risco a vida de muitas pessoas. A juíza regional Márcia Loureiro ignorou a decisão da instância equivalente à sua e autorizou a ordem de reintegração, permitindo que uma tragédia anunciada acontecesse. A desocupação foi feita com requintes de crueldade e violência que estão chocando as pessoas que estão no local.

Segundo as informações de militantes de diversas organizações estavam no local em solidariedade às famílias são contabilizados sete mortos, dentre eles, uma criança de quatro anos. Uma mulher foi baleada pela polícia em frente ao local onde as famílias desocupadas estão confinadas. Um militante do MTST, Guilherme Boulos, foi cruelmente espancado por diversos policiais e em seguida detido pela PM, sem qualquer justificativa. Além disso, esses fatos têm sido omitidos pela imprensa, assim como os feridos

e mortos foram encaminhados para locais desconhecidos, para esconder a situação real da opinião pública. Vários direitos dos trabalhadores estão sendo violados e a maior parte dos brasileiros nem sabe o que está acontecendo.

Em informações de outras fontes, pelo menos 18 pessoas também foram detidas. A polícia reprimiu também os moradores do bairro ao lado, o Campo dos Alemães, chegando até mesmo a jogar bombas de gás nos quintais das casas da região. Em poucas horas as famílias assistiram do lado de fora suas casas de alvenaria e barracos serem derrubados por tratores. Qualquer grito de ordem ou manifestação da população foi respondido com balas de borracha e bombas de gás e efeito moral.

Desde o domingo, várias manifestações importantes foram realizadas em solidariedade à ocupação Pinheirinho, duas na Av. Paulista, em São Paulo, uma em frente à casa do prefeito de São José dos Campos, Eduardo Cury, e outra em Campinas, no Largo do Rosário. Outros estados também estão se mobilizando contra as atrocidades promovidas pela polícia a mando da Justiça do Estado de São Paulo, pelo Governo de Geraldo Alckmin e pelo prefeito Eduardo Cury.

Mas precisamos continuar nos mobilizando em defesa dos lutadores e lutadoras do Pinheirinho. Essa ação é apenas uma demonstração de como o Governo do Estado tem

tratado as lutas populares e as necessidades do povo trabalhador. As famílias e os militantes que se encontram no local relatam que os desabrigados estão em condições muito precárias, sem saber para onde irão e os conflitos com os abusos da ação da polícia continuam.

Conclamamos a todos e todas a participarem das futuras manifestações, di-

vulgar a luta do Pinheirinho e assinar a moção de apoio abaixo enviando e-mail com RG, ocupação e instituição o mais rápido possível para: farolemar@yahoo.com.br.

Para acessar links com outras notícias sobre o Massacre do Pinheirinho acesse: <http://comunicadorespopulares.org/2012/01/links-artigos-sobre-o-pinheirinho>

Moção de apoio às famílias do Pinheirinho

Nós, abaixo-assinados, atuantes nos meios acadêmicos e fora dele (professores do ensino médio, jornalistas, advogados, profissionais da saúde etc.) - comprometidos com as causas justas e historicamente necessárias da classe trabalhadora e dos setores populares - manifestamos nossa mais plena solidariedade aos lutadores da Comunidade Pinheirinho (São José dos Campos, SP)

Frente ao fato de que a hegemonia exercida pelos especuladores imobiliários impõe uma condição de miséria a milhões de trabalhadores e trabalhadoras que sequer têm onde morar, consideramos que a ocupação desses territórios segue sendo um instrumento necessário e legítimo para a

luta dos trabalhadores.

Por conta disso, consideramos justa a reivindicação das famílias pela permanência no local e absolutamente injustificável a ação de terror violenta e ilegal da Polícia Militar, apoiada pelo poder judiciário e pelo governo do Estado, praticada no domingo, 22/01, que resultou em diversos mortos e feridos. Estamos atentos à forma pela qual estão sendo conduzidas as ações do Estado e a perseguição a todos que se encontram no local. E prontos a denunciar todo e qualquer tipo de violência física ou moral cometida contra as famílias.

A APROPUC assina o documento e, até o fechamento desta edição, o manifesto já contava com 725 assinaturas.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Expedição Marco Verón apura violações dos direitos humanos no MS

Formada por profissionais e militantes de diversas áreas, a Expedição Marco Verón percorreu parte do território guarani-kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul para acompanhar a situação dos indígenas na região e apurar os casos de violação dos direitos humanos. De 10 a 25/01, a expedição visitou sete aldeias que estão em situação de risco por pressão do agronegócio, e agora tem como objetivo produzir um relatório e um documentário para denunciar as ameaças de morte e exigir a demarcação das terras indígenas.

Atualmente, o Mato Grosso do Sul (MS) está em pleno conflito de terras entre indígenas e latifundiários, sobressaltado a potência do agronegócio no estado que vem devastando grandes territórios em função da soja e da cana. Arelado a isso, embora o estado concentre uma das maiores populações indígenas do país, vem se caracterizando como um dos estados mais intolerantes contra o povo indígena. Não é exagero afirmar que hoje ocorre um genocídio no MS. Apenas entre 2003 e 2010 foram assassinados 260 guarani-kaiowá no estado.

A expedição Marco Verón foi batizada em homenagem ao cacique da aldeia Takuara, brutalmente assassinado em 2003 por jagunços contratados por fazendeiros da região. Nove anos depois, seu filho cacique Ládio Verón, que na época presenciou a morte de seu pai e quase foi queimado vivo, permanece re-

cebendo constantes ameaças de morte. O mesmo ocorre com inúmeras outras lideranças indígenas que são obrigadas a conviver com o temor e as perseguições frequentes.

ALDEIA LARANJEIRA NHANDERU

Durante o percurso, a expedição também visitou a comunidade guarani-kaiowá do Tekoha Laranjeira Nhanderu que também vem sofrendo um forte ataque do agronegócio. Com a justificativa de que a Fundação Nacional do Índio (Funai) não apresentou o relatório de identificação da terra indígena Laranjeira Nhanderu, cerca de 170 indígenas estão ameaçados de despejo de suas terras tradicionais, pela quarta vez, com ação de reintegração de posse programada para acontecer em menos

de 10 dias. Atualmente a aldeia sob o domínio da fazenda grilada Santo Antônio, no município de Rio Brilhante (MS).

Em todos os despejos sofridos as construções indígenas, casa grande, plantações e o próprio território, são destruídos pela Polícia Federal, e sem terem para onde ir, os indígenas são expulsos para a beira de estradas, sem água, luz, alimentos ou qualquer possibilidade de uma vida digna. Além disso, na beira das estradas os indígenas estão submetidos à falta de segurança, onde inúmeros casos de atropelamentos, suicídios e mortes por falta de assistência na área da saúde ocorreram neste período.

Diversas entidades, como o Tribunal Popular: o Estado brasileiro no banco dos réus, MIR Movimento In-

dígena Revolucionário, APROPUC-SP e Rede de Defesa e Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte, escreveram moção de repúdio à ação. Segue trecho abaixo e a íntegra pode ser conferida em www.apropucsp.org.br, :!(...) o Poder Judiciário deve acatar as determinações explícitas na Constituição Federal e garantir o território dos povos indígenas, assim deve anular, imediatamente o processo de despejo contra a comunidade indígena e garantir a permanência pacífica e segura daquelas pessoas na terra que reivindicam (...)".

APROPUC e a Rede de Proteção vêm denunciando o caso dos guarani-kaiowá no Mato Grosso do Sul desde 2010 e contribuiu financeiramente com a Expedição Marco Verón. Para mais informações: marcosveron.wordpress.com.



À esquerda, comunidade de Laranjeira Nhanderu, aldeia que está ameaçada de despejo. Abaixo, equipe da Expedição Marco Verón e, ao lado, vista da aldeia guarani Kurusu Ambá, no MS.



FALA COMUNIDADE

A PUC-SP fecha 1^{os} anos e turmas de vários cursos: o erro é a regra, e vice-versa

Luiz Augusto de Paula Souza

O CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) aprovou, em 2011, uma nova política de formação de turmas pelo vestibular, bem como de encaminhamento acadêmico das muitas graduações da universidade que, atualmente, estão na categoria (assim chamada) de "cursos de baixa procura". A proposta foi ao Consun (Conselho Universitário) demorou meses para ser pautada pelo Reitor e, quando foi, já no final do ano, entrou em debate como um dos últimos itens da pauta. A escassez de tempo deixou o debate inconcluso e sem decisão. Estranhamente, o assunto não mais voltou à pauta em 2011.

Agora, no começo de 2012, primeiros anos inteiros e turmas de primeiros anos de várias graduações foram fechados por não atingirem o número mínimo de alunos - número mínimo decidido pelo Consun e Consad (Conselho de Administração), e fi-

xado no edital do vestibular. O CEPE, responsável pela proposição das políticas acadêmicas da universidade, ao produzir uma nova proposta sobre a matéria, recusou claramente (de forma tardia, é bem verdade) o reducionismo de um único parâmetro (exclusivamente contábil) para orientar a decisão de manter ou fechar cursos e turmas de graduação.

No entanto, a questão não foi priorizada pela reitoria, que a pautou de forma meramente protocolar no Consun. Resultado: vários cursos, alguns quinquentenários e outros menos antigos ou novos, comecem a ser descontinuados pela PUC-SP.

Nenhum esforço co-responsável para manter e tornar viáveis esses cursos por meio de um novo projeto acadêmico para graduação, que enfrente problemas estruturais e conjunturais da universidade brasileira atual, bem como que seja capaz de conjugar propostas e investimentos pactuados e particularizados (como propõe o CEPE), uma vez

que os cursos de baixa procura têm histórias e situações específicas. Ao invés disso, a escolha da mantenedora, da reitoria e da própria universidade (coletivamente omissa nesse debate, há apenas iniciativas isoladas, em geral, de cursos agora ameaçados, adiante serão outros) parece ser o da paulatina, mas pura e simples, extinção de graduações e de áreas de conhecimento inteiras da PUC-SP.

É isso que se quer? Se não for, é urgente, urgentíssimo, fazer esse debate em outras bases, assumindo o desafio de construir um novo projeto acadêmico para a graduação, que preserve as áreas de conhecimento - às duras penas construídas - sem abrir mão de meios para que sejam sustentáveis, por exemplo, pela criação de campos de formação básica/comum entre graduações de uma mesma faculdade e/ou afins; o que permitiria a formação de turmas sempre cheias nos primeiros anos dos cursos, reservando à formação profissional os últimos anos

da graduação, nos quais o número de turmas e de alunos por turma poderiam ser menores, sobretudo nos cursos com menor afluxo de estudantes.

Em perspectivas desse tipo, por um lado, o impacto econômico-financeiro da formação profissional dos cursos nos últimos anos de graduação já teria sido absorvido pelas receitas dos primeiros anos e, por outro lado e mais importante, abriríamos espaços para recomposição de um espírito, de fato, acadêmico, porque coletivo, compartilhado, inter e transdisciplinar. Espírito que nossa universidade acalentou, mas que, convenhamos, perdeu pelo caminho.

Ir nessa direção é admitir que a regra atual, para abrir e/ou manter cursos, é um erro, que expressa outros, alguns relativos às formas pelas quais temos convivido e elaborado nossas regras acadêmicas: o erro tem sido a regra, e vice-versa.

Luiz Augusto de Paula Souza
é diretor adjunto da FaCHS

Jornalistas da Rede Globo incitam ódio ao Islã

Racismo, machismo, incentivo ao ódio e à violência são expressões cotidianas da programação da Rede Globo. No dia 15/01, os jornalistas da emissora, Diogo Mainardi e Caio Blinder, após insinuações sobre o Serviço Secreto Israelense, afirmaram que se um cientista trabalha para o programa nuclear do Irã ele merece ser assassinado, e ainda, que isso não se configuraria

como um ato terrorista, mas sim como defesa a essa prática.

Essa não é a primeira vez que os jornalistas se pronunciam dessa maneira em rede nacional. Mainardi e Blinder sempre colaboram com a reprodução do ódio ao Islã. Diversos intelectuais e professores, como Beatriz Abramides, presidente da APROPUC-SP, Hamilton Octávio de Souza, professor da PUC-SP e editor

chefe da revista *Caros Amigos* e José Arbex Jr., professor e chefe do departamento de jornalismo da PUC-SP, escreveram uma nota em repúdio e pedindo providências à emissora.

A nota pode ser conferida na íntegra no site da APROPUC: "Atenção: não defendemos, aqui, qualquer tipo de censura, nem queremos restringir a liberdade de expressão. Não se trata de desqua-

lificar ideias ou conceitos explicitados por vossos funcionários. O que está em discussão não são apenas ideias. Não são as opiniões de quem quer que seja sobre o programa nuclear iraniano (ou israelense, ou estadunidense...), mas sim o direito que tem uma emissora de levar ao ar a defesa da prática do assassinato, ainda mais feita por articulistas marcadamente preconceituosos e racistas."

MOVIMENTOS SOCIAIS

Entidades organizam ato contra racismo e higienização social

Com a proximidade dos megaeventos como Copa do Mundo e Olimpíadas, o processo de higienização social tem se intensificado. Operações como da Cracolândia, favela do Moinho e Pinheirinho vêm apenas para o extermínio da população pobre.

De acordo com o Mapa da Violência 2011, pesquisa organizada pelo Instituto Sangari, de cada 3 assassinatos 2 são de negros, e ainda, de 1998 a

2008, morreram 103% mais negros do que brancos. Esse aumento no número de negros assassinados vem de uma política pública de extermínio, que em São Paulo se traduz com a Rota, e no Rio de Janeiro com o BOPE, uma polícia que vai às favelas ordenada por governos para matar a juventude negra e pobre.

Além disso, todos os dias atos de racismo são praticados na sociedade e na mídia são encarados como

normais. No ano de 2011 exemplos como da estagiária do colégio Anhembi Morumbi que para permanecer em seu emprego tinha a exigência de alisar seu cabelo, e do menino etíope que foi expulso de um restaurante apenas por ser negro, demonstram que o racismo ainda é muito presente e cotidiano.

Mais recentemente, no mês de janeiro, um estudante da USP foi agredido por um policial num claro ato

de racismo, já que era o único negro a estar no local e foi a única pessoa a ser agredida.

Para denunciar essas ações, movimentos sociais como Uneafro e Tribunal Popular, com apoio da APROPUC, organizam a Marcha Contra o racismo, a Higienização Sócio Racial e a Criminalização da Pobreza, no sábado, dia 11/02, com concentração às 14h na Praça do Metro Santa Cecília.

Prédio no centro sofre reintegração de posse

Cerca de 400 pessoas ficaram desabrigadas após a reintegração de posse de um prédio de três andares no centro de São Paulo no dia 02/02. O imóvel, que havia sido ocupado há três meses, fica em uma esquina ilustre da cidade: no cruzamento da Av. Ipiranga com a Av. São João, e estava abandonado há mais de cinco anos. Antes desse período o local sediava um bingo.

A desocupação ocorreu por volta das 9h30 da manhã. Os moradores se retiraram pacificamente, levando colchões, roupas, fogões, panelas e madeiras. Carmem Silva, integrante do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), explica a decisão de não resistir à polícia: "Nossa briga não é contra trabalhador, e os Policiais Militares são trabalhadores. Nossa luta é



Famílias são obrigadas a desocupar prédio no centro de São Paulo e seguem na luta por moradia digna

contra o sistema capitalista e a prefeitura de São Paulo, que não tem políticas públicas de moradia para trabalhadores de baixa renda. São Paulo está à mercê da especulação imobiliária".

Com a reintegração grande parte dos morado-

res não tem para onde ir. Todos ficaram na calçada, inclusive muitas crianças, e aproximadamente meia hora após a desocupação, montaram um barraco improvisado na Av. São João com as madeiras retiradas do prédio.

Aldeia indígena Tupinambá é despejada na Bahia

A imensa demora pela demarcação de terras indígenas continua prejudicando diversas aldeias. Na quarta-feira, 01/02, a Polícia Federal fez a reintegração de posse da comunidade Tucumã, localizada no município de Uma, 456 km de Salvador, Bahia. A comunidade contava com 20 famílias e a reintegração ocorreu sem conflitos.

A espera pela demarcação das terras tradicionais Tupinambá ultrapassa 23 anos, considerando que seu prazo venceu 18 anos atrás. A situação dos indígenas já era precária, mas, mesmo assim, o espaço foi tomado pela empresa Mineração Ventura, que durante anos dificultou o cultivo de alimentos e o convívio das famílias. O Ministério Público Federal entrou com uma ação na justiça contra a reintegração, pedindo indenização as famílias, e aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal.

ROLA NA RAMPA

Morre Antonio Gadelha, político, sindicalista, socialista

Faleceu no dia 14/01 o militante Antonio da Costa Gadelha Netto. Esposo da professora Regina Gadelha da Faculdade de Economia. Gadelha, nome pelo qual era conhecido nos movimentos político e sindical, deixa um legado de combatividade onde se destacaram a luta permanente pela redemocratização e a defesa dos ideais democráticos, por uma ampla anistia e na defesa dos direitos e interesses de anistiados e trabalhadores bancários, em especial os do Banco do Brasil. Funcionário concursado do Banco do Brasil, desde agosto de 1959, foi demitido em 1965 após breve inquérito ideológico administrativo da direção do Banco sobre suas atividades sindicais. Anistiado pela Lei 6.683/79 e reintegrado por despacho do Ministro da Fazenda em 14/05/1980. Iniciou a carreira sindical nos anos 50, atuando no Sindicato dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso, onde se destacou na organização das greves reivindicatórias do período, em especial no auxílio à primeira greve de



professores da APEOESP (1962) e a do Banco do Brasil, em 1963. Foi membro da direção estadual do PCB até 1974 do qual se desliga no início dos anos 1980 e responsável pelo apoio financeiro às famílias de presos políticos bancários no Brasil e aos exilados no exterior. Em 1965 sofre perseguições e detenções de fundo político, com tortura, em 1972, pelo DEOPS (Delegados Sérgio Fleury e Romeu Tuma), DOI-CODI (08/10/1975) e Polícia Federal (1982). Militante do MDB (Movimento Democrata Brasileiro), foi um dos articuladores da antecandidatura Presidencial do General Euler Bentes em São Paulo, alternativa ao candidato General Figueiredo e

movimento precursor das "Diretas Já". Ao longo deste percurso político jamais tergiversou ou abandonou os ideais socialistas. Fiel às suas ideias e aos amigos era extremamente reservado e poucos o conheciam. Intransigente e duro nas negociações com autoridades e o Banco, entretanto a todos respeitava e se fazia respeitar e admirar. Deixa na memória daqueles que o conheceram ter sido um homem de palavra, calculada temeridade, coerência, generosidade, ironia. Gentil com todos, dava valor à vida e gostava de viver. Casado há 43 anos com a professora e historiadora Regina Maria D'Aquino Fonseca Gadelha, deixa para ela, os filhos, Roberto e Nair, e a neta Sofia, enorme saudade, o legado de sua coragem e a recordação de seu incondicional apoio, a confiança, a ternura, amizade, cumplicidade, amor e companheirismo, os traços marcantes da sua pessoa. *Veja o perfil completo de Antonio Gadelha no endereço eletrônico www.apropucsp.org.br.*

Inscrições para o Curso Foco estão abertas

Já estão abertas as inscrições para o processo seletivo do 1º semestre de 2012 para o Programa Suplementar Foco Vestibular. Nos dias 11 e 12/02, das 9h às 17h, no campus Santana e campus Barueri. O programa oferece a alunos de baixa renda, afro descendentes e indígenas, oriundos do ensino médio em escolas públicas aulas gratuitas e preparação para o Enem, como política de acesso à universidade. A iniciativa é da PUC-SP e da Mitra Arquidiocesana, e o curso é ministrado por professores da própria universidade. As aulas acontecem aos sábados (das 8h às 17h) e as atividades online de segunda a sexta-feira. Para maiores informações, sobre os documentos necessários para inscrição, 3670-8203 e 3670-8557, das 9 às 13h e das 16h30 às 19h30, ou no site: www.foconline.com.br.

Visite o site da APROPUC

Para quem quiser saber "o que rola na rampa da PUC-SP" basta conferir o site da APROPUC. Conteúdos como as Revistas *PUCviva* e *Cultura Crítica*, notícias da Rede de Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte, estão disponíveis, além do Canal da APROPUC no Youtube, redes sociais como Facebook e Twitter e o jornal *PUCviva* para baixar. Você pode conferir artigos e notícias dos movimentos sociais, além de enquetes e pesquisas com a comunidade puquiense. O site recebe atualizações diárias, www.apropucsp.org.br.

Estudantes de Jornalismo da PUC-SP vão a Congresso da Enecos

Estudantes do curso de jornalismo da PUC-SP participaram, entre os dias 21 e 28/01, do XIX Cobreco (Congresso Brasileiro dos Estudantes de Comunicação Social), em Fortaleza, no Ceará. O Congresso é organizado pela Enecos (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social), entidade representativa dos estudantes de Comunicação. A semana foi de muitos debates, grupos de discussão e plenárias, que decidiram as políticas

da Executiva para o ano, além de empossar a nova gestão. Temas como marco regulatório, criminalização dos movimentos sociais e história da Enecos foram debatidos, ocorrendo também um ato em solidariedade à comunidade do Pimneirinho. A Executiva irá centrar forças em 2012 nas bandeiras de Qualidade de Formação do Comunicador, com a reestruturação da campanha "Somos Todos Comunicação Social", e no debate da Democratização

da Comunicação. Os próximos encontros serão o Enecom (Encontro Nacional), em julho, em Brasília, e o Erecom (Encontro Regional), no 2º semestre, no Rio de Janeiro. Esse ano acontece também o CFP-COM, um curso de formação política que ainda não tem data definida, mas já se sabe que será em São Paulo. O Centro Acadêmico Benevides Paixão constrói a Enecos e já está se organizando para comparecer aos encontros.